O Negro e o Sertão

Por Luiz Vianna Filho (Sociólogo e Historiador Baiano) —

O Sertão não foi hostil ao negro.

A sua organização econômica, no entanto, repeliu o escravo negro. Primeiro associado ao açúcar, depois às minas, e mais tarde às plantações de café, o escravo africano, dentro da economia rudimentar das caatingas e dos campos de criação, foi um elemento deslocado. Para isso concorriam múltiplos fatores. Primeiro o seu alto preço, em desacordo com a pobreza das explorações da região. Depois, a própria natureza dos serviços locais, reclamando apenas limitado número de trabalhadores afeitos ao conhecimento geográfico dos taboleiros sem fim, e destinados a uma constante mobilidade no rastro dos animais tresmalhados. Por último, a impossibilidade de uma severa fiscalização, como a que exerciam, nos canaviais e nas minas, os feitores atentos. Tudo conspirava contra o regime da escravidão negra. Caro, ignorando a região, sempre disposto à fuga, o negro não oferecia, no sertão, as mesmas vantagens que dele fizeram o trabalhador indispensável do litoral. Excetuadas as zonas auríferas e diamantíferas, a cuja exploração se adaptava perfeitamente, não houve para ele um lugar na vida sertaneja. Um ou outro existia, desempenhando funções de criado, ou de laçoi. E quando muito foi um elemento de passagem, transitando pelas estradas do interior como tropeiro ou carregador, ou como parte mínima de alguma bandeira. Nas demais atividades, o precioso colaborador do branco foi o ÍNDIO, e depois, ao se alastrar a miscigenação, o MAMELUCO ou Curiboca. Estes foram os que fizeram o sertão, integrando-se na sua vida, amando-a, e dela tirando os seus hábitos de sobriedade e de energia, distantes do luxo do litoral e ambicionando apenas o domínio de largas áreas de terras, sujeitas ao seu poder de mando incontestável. A pobreza e o isolamento enrijaram a fibra do sertanejo. Segregado, desconheceu o que fosse a sujeição a outra vontade além da sua. Esparsos pelas fazendas e sítios de população escassa, e entre os quais se interpunham léguas e léguas de caatinga, ignorou as vaidades da emulação, os desperdícios da ostentação, que exigiam largos lucros, empréstimos, sacrifícios financeiros. Adaptou a sua vida às pequenas margens de ganho. Trocou o fausto pelo prazer do mando.

Desse sertão de economia modesta, de hábitos simples, a região mais característica da Bahia, nos primeiros séculos, foi o S. Francisco. Divorciado do litoral, desconheceu as suas misérias e as suas grandezas. E aí, onde a riqueza não existia, a lei também foi uma simples ficção, que os homens preferiam relegar totalmente. A pobreza era compensada pela liberdade.

Duas forças atraíram o homem, fazendo-o desprender-se da praia para alcançar o interior da Bahia, ainda desconhecido — a bandeira e a criação de gado. Em ambas o negro, pode-se dizer, esteve ausente.

Da bandeira, que foi o primeiro condutor de homens brancos para as regiões centrais do país, o negro não participou. Não faz muito que Cassiano Ricardo, contestando Afonso de Taunay e Alfredo

Elis, afirmou a presença do negro nas bandeiras paulistas. O poeta paulista poderá ter razão se quiser dar a essa presença um sentido matemático, absolutamente rigoroso. Fora daí, estará em equívoco. Na bandeira, o negro é um elemento imponderável. Se um ou outro participou de alguma das expedições, pouco importa. Jámais, porém, terá tido a sua contribuição um vulto capaz de a fazer notada no panorama da história. O conquistador português era bastante inteligente para compreender que o negro não tinha as qualidades necessárias para ser, no interior do Brasil, um varador de terras, vencendo obstáculos, transpondo rios, enfrentando perigos e provações, em que o índio já estava perfeitamente amestrado, e com o qual o negro, nesse trabalho, não podia concorrer. Naquele a educação formara um sexto sentido, o sentido da defesa diante de todos os perigos dessas travessias ousadas pelo coração do país. O índio, melhor e mais barato, era o colaborador imprescindível das bandeiras. Nelas o negro, se existiu, foi como parcela mínima, insignificante. A sua presença, ignorada pelos cronistas, não terá sido de modo a marcá-las com a sua cor e os seus hábitos. Terá sido a presença de um elemento falhado, fadado a desaparecer.

Matias Cardoso, ao chegar à Bahia, em 1690, traz "mais de cem homens brancos com os seus oficiais de que se formou um regimento e grande número de índios armados para aquele efeito". Nenhuma referência ao elemento negro. A bandeira Adorno tem 150 portugueses e 400 índios auxiliares. Também Cristovão de Barros Cardoso leva 150 brancos e mamelucos e... 3.000 frecheiros tapuias. Assim são as bandeiras. Brancos, mamelucos e índios são os elementos que as compõem. Nos índios repousa a sua força numérica, a sua eficiência militar maior, não só como estrategistas, pelo conhecimento profundo do terreno em que vão lutar, mas também pelas virtudes guerreiras, pela bravura com que se batem. Sem eles a conquista seria impossível no momento em que se realizou. Ao índio, o único elemento a operar eficientemente, é o próprio índio.

Também na criação de gado não prosperou o trabalho do negro escravo. O fato é fácil de explicar. Assentava, principalmente, em razões de ordem econômica. A criação, além de não suportar as despesas exigidas pelo regime escravo, fazia-se fora das vistas dos donos das extensas sesmarias, quase todos eles residentes nas cidades. Adotara-se por isso o sistema fácil da parceria. O vaqueiro não era um assalariado. Era um sócio. Da bezerrama "ferrada" em cada ano, 25% lhe pertencia como remuneração dos seus serviços. Dêle, no entanto, se exigiam duas qualidades imprescindíveis: fidelidade absoluta e domínio completo da região. Eram virtudes que só o tempo poderia criar. Aquela vinha duma moral fortemente arraigada na tradição. Esta se adquiria numa existência toda ela vivida no rastro do gado perdido no despotismo da caatinga. O negro emigrado da África ou nascido no litoral não se integraria nesse regi-

me. Era antes um sistema de colaboração econômica do que de subordinação. E o escravo negro somente em organizações de total subordinação poderia compensar o seu alto custo. Escravos negros como que só existiam, pelo menos em número ponderável, nas áreas próximas do mar, nos engenhos, nos currais de tabacos, nas fazendas de farinha. Nas fazendas de criação, mesmo pleiteando um favor régio, ninguém se atreveria a declarar a existência de escravos negros.

Assim, ressalvadas as manchas das minas, o sertão se formou quase sem a contribuição do negro. Ainda hoje, quem o percorrer, há de notar como apenas dentro do raio de expansão de alguma antiga mina se assinalam os tipos étnicos de caracteres africanos.

Fora daí o que domina é uma população clara, a pele tostada pelo sol, muitos de olhos azuis, o cabelo liso, os traços finos e livres do exagerado prognatismo dos mestiços descendentes de negro. Euclides da Cunha, que foi o nosso melhor observador do sertão, notou que do forte cruzamento de brancos e índios despontará "uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano".

Tudo isso explica a inexistência do negro no sertão.

Muitas das profundas divergências que distanciam o ser-

tanejo do praieiro devem ter a sua origem no fenômeno étnico, agravado pelo antagonismo econômico. São as diferenças existentes entre o curiboca (isto é, o caboclo ou mameuco) e o mulato. A perseverança e a sobriedade daquele se opunham a volubilidade e a imprevidência deste. Aquê é o filho do índio criado numa sociedade pobre. Este é o descendente do negro, nascido numa sociedade rica. Diferenciam-se pelo sangue e pelas tradições.

Só o tempo poderá fazer que se entendam algum dia.